

AVALIE

ALFA 2013

SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO
DA EDUCAÇÃO

REVISTA DA GESTÃO ESCOLAR

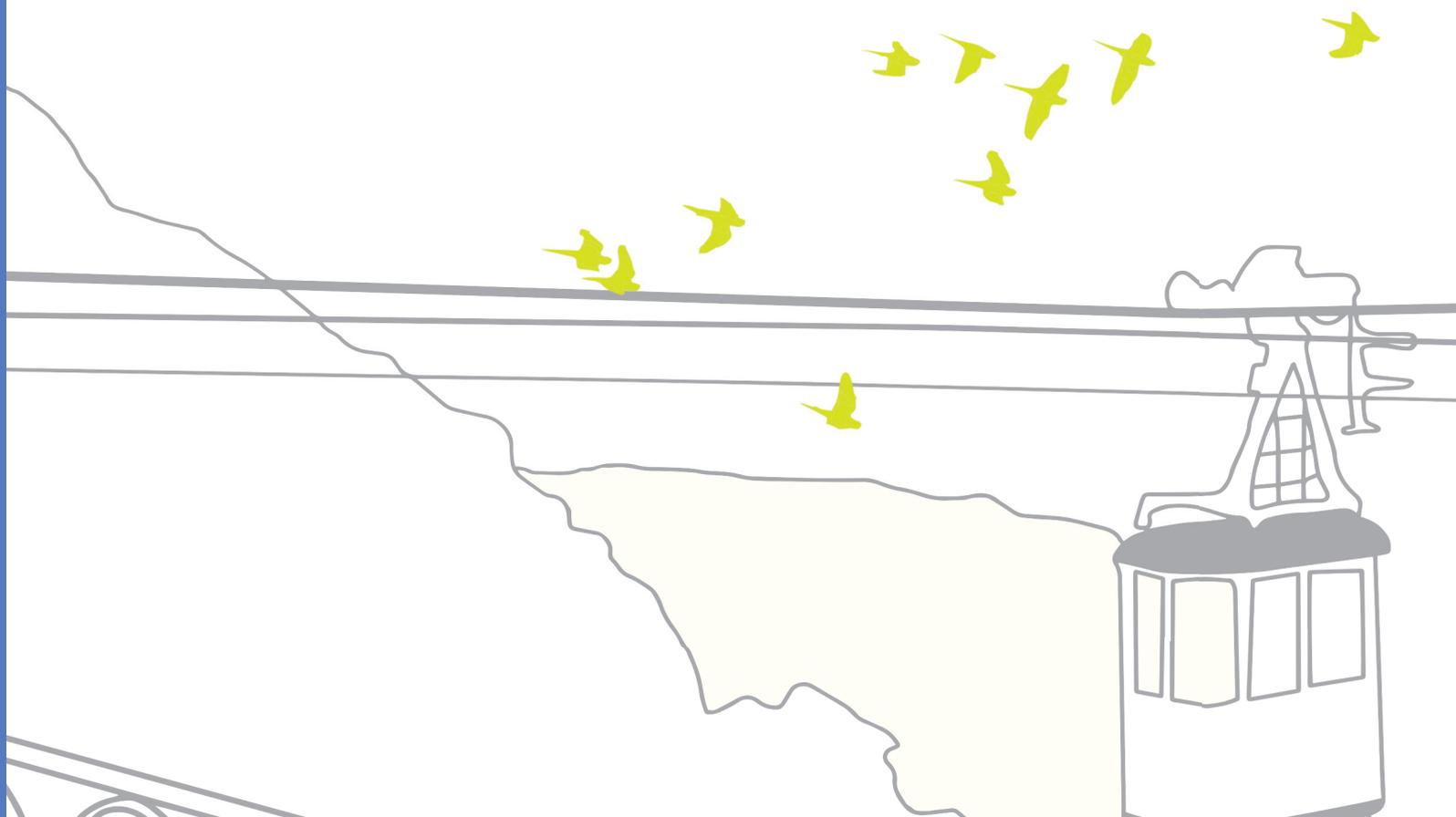


AVALIE

ALFA 2013

SISTEMA DE AVALIAÇÃO BAIANO
DA EDUCAÇÃO

REVISTA DA GESTÃO ESCOLAR





**Governo do
Estado da Bahia**

Secretaria da Educação

GOVERNADOR
JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO
OSVALDO BARRETO FILHO

SUBSECRETÁRIO
ADERBAL CASTRO MEIRA FILHO

CHEFE DE GABINETE
PAULO PONTES DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO SISTEMA
EDUCACIONAL
ENI SANTANA BARRETO BASTOS

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E INFORMAÇÕES
EDUCACIONAIS
MARCOS ANTÔNIO SANTOS DE PINHO

COORDENAÇÃO GERAL DO PACTO COM MUNICÍPIOS
NADJA MARIA AMADO DE JESUS

COORDENAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
FÁTIMA CRISTINA DANTAS MEDEIROS

EQUIPE TÉCNICA DA AVALIAÇÃO
ADINELSON FARIAS DE SOUZA FILHO
EDILEUZA NUNES SIMÕES NERIS
GUIOMAR FLORENCE DE CARVALHO
ÍNDIA CLARA SANTANA NASCIMENTO
LINDINALVA GONÇALVES DE ALMEIDA
RITA DE CÁSSIA MOREIRA TRINDADE
ROGÉRIO DA SILVA FONSECA
SANDRA CRISTINA DA MATA NERI



Apresentação

Prezados (as)

EDUCADORES(AS)

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia apresenta a coleção de publicações dos resultados do Avalie Alfa, avaliação com os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental. Essas publicações visam subsidiar discussões e intervenções voltadas para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Em 2013, o Estado da Bahia realizou o Avalie Alfa em 371 municípios do Programa Todos pela Escola – Pacto com Municípios pela Alfabetização. Os dados revelados pelo Avalie Alfa têm proporcionado aos gestores das redes municipais e da rede estadual um diálogo constante sobre a necessidade de unir forças em prol de um objetivo comum: a melhoria da qualidade da alfabetização das crianças nas escolas públicas baianas.

O compromisso do Estado e dos municípios, e o comprometimento dos nossos educadores com a aprendizagem dos estudantes estão proporcionando uma atenção diferenciada ao fortalecimento do trabalho pedagógico nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

A coleção do Avalie Alfa, composta pela Revista Pedagógica, pela Revista da Gestão Escolar e pela Revista do Sistema de Avaliação confirmam os esforços do Estado em criar mecanismos de diagnósticos constantes sobre o desempenho dos estudantes que consubstanciam as ações voltadas para qualificação da prática pedagógica nas unidades escolares estaduais e municipais.

As discussões que se realizam com os resultados do Avalie Alfa têm possibilitado reflexões sobre os processos de ensino e de aprendizagem das redes municipais e da rede estadual, sobre os trabalhos realizados pelo Pacto com Municípios pela Alfabetização e impulsionado o replanejamento pedagógico, considerando não só o desempenho dos estudantes, mas as necessidades e potencialidades educacionais de professores e gestores, bem como as características das escolas, o clima organizacional e a gestão escolar.

Esperamos que estas publicações possam continuar contribuindo para a realização de outros estudos pelos educadores baianos, que possam subsidiar mais iniciativas pedagógicas para a consolidação de aprendizagens significativas e contextualizadas, uma melhor organização do tempo pedagógico, a definição de metas que persigam e dinamizem a construção do conhecimento e das interações na comunidade escolar e garantam o direito de aprender dos nossos estudantes.

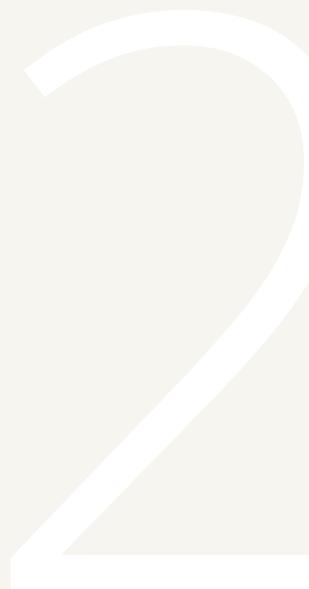
Sumário

A large, stylized white number '1' is centered in the grey vertical bar.

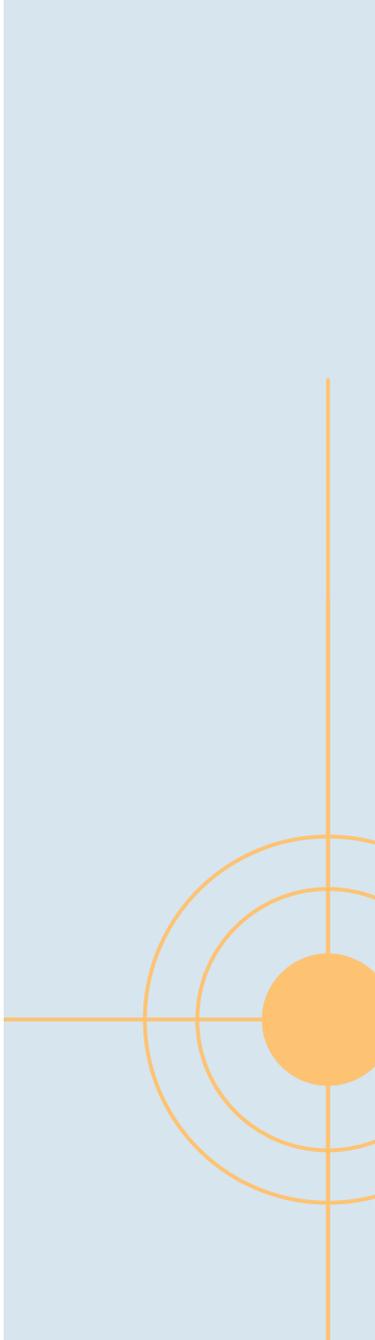
Gestão escolar,
cidadania e qualidade
da educação
página 10



Experiência em foco
página 14

A large, stylized white number '2' is centered in the light beige vertical bar.

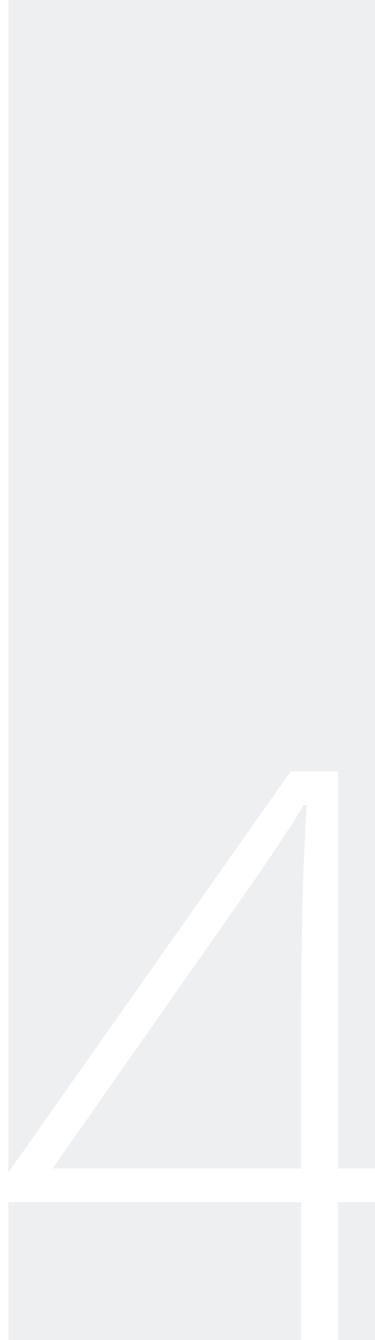
Os fundamentos
da gestão escolar
democrática
página 15



Experiência em foco
página 19



Padrões de
Desempenho
página 21

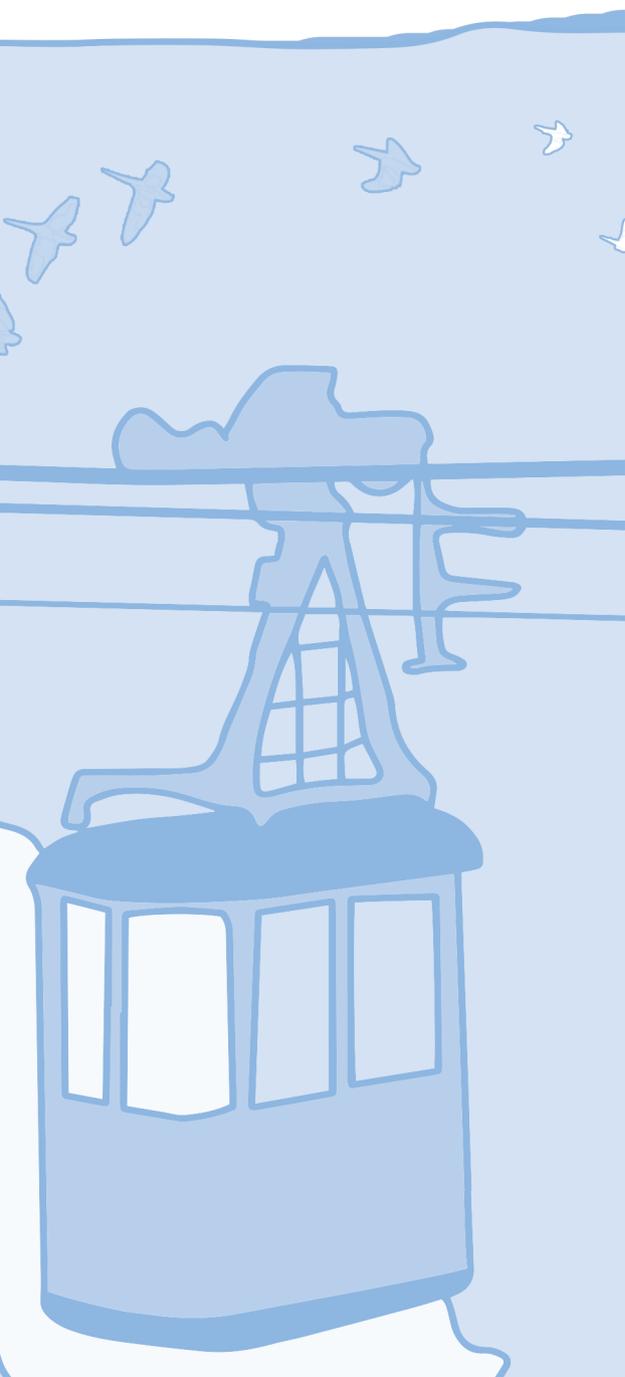


Os resultados da
avaliação
página 24

1

Gestão escolar, cidadania e qualidade da educação

Destinada, especificamente, à Equipe Gestora da escola, a Revista da Gestão Escolar é construída levando em consideração a relação entre os dados que oferece, tais como os resultados gerais do Programa relativos à participação dos estudantes na avaliação e às médias de proficiência obtidas, além dos resultados para sua escola, e as discussões relacionadas à interpretação destes resultados, expostas em textos sobre temas referentes à gestão escolar.



No Brasil, a avaliação em larga escala tem se tornado um instrumento fundamental para a melhoria da qualidade da educação, compromisso assumido pelo Estado, em parceria com a sociedade. A importância da avaliação encontra suporte na legislação brasileira, infraconstitucional e constitucional, com previsão na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96) e na própria Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O artigo 9º, inciso VI, da LDB/96 assegura o processo nacional de avaliação do rendimento escolar na Educação Básica e Superior, estabelecendo a responsabilidade da União, em parceria com os sistemas de ensino, com o fim de definir prioridades para que um objetivo último seja alcançado: a melhoria da qualidade da educação. Para tanto, sistemas nacionais de avaliação educacional foram criados, tendo, para a Educação Básica, o Saeb como o principal exemplo.

Na CF/88, em seu artigo 205, a avaliação educacional encontra suporte constitucional. O referido artigo assevera que a educação é um direito de todos e um dever do Estado, em parceria com a sociedade, nela incluída a família, com o objetivo de promover a cidadania e a qualificação do estudante para o mercado de trabalho. Ao prever a educação como um direito de todos, a Carta Constitucional, evidentemente, se refere a uma educação de qualidade, assegurada como direito de todo cidadão. Para que uma educação de qualidade possa ser alcançada, é necessário um instrumento de acompanhamento das melhorias que vão sendo estabelecidas ao longo do tempo. Este mesmo instrumento fornece os diagnósticos necessários para que os principais problemas sejam identificados. É neste contexto, para exercer estas

funções, que os sistemas de avaliação educacional foram criados.

Nossa Carta Magna de 1988, celebrada como Constituição Cidadã, estabelece que a educação ofertada para todos os brasileiros deve ter como alvo a capacitação dos estudantes para a prática da cidadania. Não há formação de cidadão, nem inserção qualificada no mercado de trabalho, sem uma educação de qualidade que lhes dê suporte. Para que tais objetivos sejam alcançados, o papel do gestor ganha importância. Fundamental para a construção de uma escola capaz de ofertar ao estudante os elementos para a vida cidadã, o gestor escolar encontra nos resultados da avaliação educacional caminhos para que diagnósticos precisos sobre as dificuldades de aprendizagem dos estudantes de sua escola sejam estabelecidos. Diagnósticos benfeitos levam à possibilidade de tomada de decisões eficazes.

É a serviço da melhoria da qualidade da educação que os sistemas próprios de avaliação foram criados. Reconhecendo a importância do gestor escolar, para que o compromisso de melhoria da qualidade da educação seja cumprido, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), divulga os resultados do Avalie Alfa, que compõe o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe). O objetivo é que os resultados da avaliação sejam apropriados pela equipe gestora, gerando novas práticas de gestão a serviço da escola.



Trajectoria

Desde o ano de sua criação, em 2007, o Sistema de Avaliação Baiano da Educação (Sabe) tem buscado fomentar mudanças na educação oferecida pelo Estado, vislumbrando a oferta de um ensino de qualidade. Em 2013, o Avalie Alfa avaliou os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental das escolas da Rede Pública da Bahia, em Língua Portuguesa – leitura e escrita.

A seguir, a linha do tempo expõe a trajetória do Avalie Alfa, de acordo com os anos, o número de estudantes, as disciplinas e a etapa de escolaridade avaliada.

2011

73,4%

percentual de participação

estudantes previstos: 163.609

estudantes avaliados: 120.064

escolas avaliadas: 5.939

municípios avaliados: 215

série avaliada: 2º Ano do Ensino Fundamental

disciplinas envolvidas: LP (Leitura/Escrita) e MT

75,8%

percentual de participação

estudantes previstos: 158.957

estudantes avaliados: 120.484

escolas avaliadas: 3.480

municípios avaliados: 322

série avaliada: 2º Ano do
Ensino Fundamental

disciplinas envolvidas: LP
(Leitura/Escrita) e MT

2012

2013

78,4%

percentual de participação

estudantes previstos: 157.709

estudantes avaliados: 123.719

escolas avaliadas: 6.093

municípios avaliados: 369

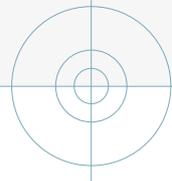
série avaliada: 2º Ano do
Ensino Fundamental

disciplina envolvida:
LP (Leitura/Escrita)



Experiência em foco

AVALIAÇÃO EXTERNA: CAMINHO PARA MUDANÇAS



A coordenadora de Avaliação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Fátima Medeiros, professora da Rede Estadual desde 1993, vem desenvolvendo atividades ligadas às avaliações externas desde 2008 e percebe a evolução do entendimento dos profissionais da educação, à medida que conhecem os objetivos e possibilidades das avaliações externas para a melhoria das ações educacionais.

A avaliação externa que o Estado da Bahia realiza com os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental da Rede Estadual e das Redes Municipais que aderiram ao Pacto com Municípios é, para Fátima Medeiros, mais um instrumento que possibilita um diagnóstico da leitura e da escrita, para as unidades escolares, sobre o processo em que os estudantes se encontram nessa fase de alfabetização.

Fátima Medeiros revela que os resultados das avaliações realizadas com o Avalie Alfa têm possibilitado um diálogo com os formadores do Pacto e com os municípios sobre as políticas implementadas, as formações realizadas, bem como uma discussão sobre a necessidade de planejar novas ações focadas na retomada das habilidades que se apresentam nos níveis mais iniciais da alfabetização.

Este ano o esforço da equipe de Avaliação da Secretaria de Educação estará centrado em um trabalho conjunto com a equipe de formação do Pacto com Municípios.

“Além de discutirmos com os coordenadores municipais os resultados do Avalie, fortaleceremos, também, a equipe que acompanha os municípios, em relação aos dados que devem ser discutidos com os professores e sobre as ações que precisam ser fortalecidas para melhorarmos o desempenho dos estudantes do 2º ano”, afirma Fátima.

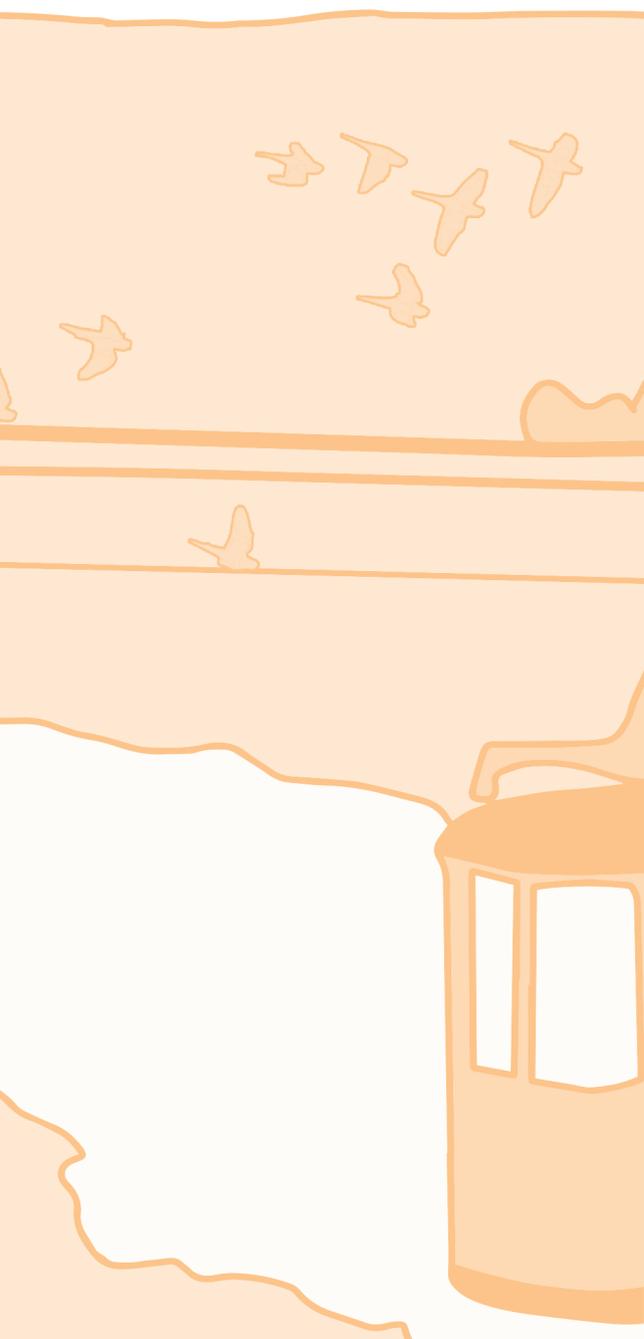
Fátima Medeiros acredita que somente compreendendo os dados do Avalie Alfa, que abrangem a participação, as médias das escolas, o percentual de estudantes em cada Padrão de Desempenho e em cada habilidade avaliada, gestores e professores, juntos, poderão rever práticas de ensino e de aprendizagem e intensificar ações voltadas, tanto para estudo mais qualificado do estudante quanto para um ensino centrado nas habilidades que têm se revelado ainda não consolidadas pelos estudantes.

O esforço dos professores, agora, deve ser no sentido de buscar estratégias para atender ao percentual de estudantes que estão nos Padrões de Desempenho Inicial e Intermediário, em leitura, e que o Avalie Alfa revelou um decréscimo pequeno, durante os três anos em que foi realizado.

De acordo com Fátima Medeiros, o Avalie Alfa tem tido uma aceitação muito grande na Rede Estadual e nas Redes Municipais. A forma de discutir os resultados tem despertado novos estudos pelos profissionais envolvidos com o Ensino Fundamental.

2

Os fundamentos da gestão escolar democrática



A avaliação em larga escala, no Brasil, experimentou um grande avanço nas últimas décadas. Associada a uma proposta ampla de reforma da educação brasileira, a avaliação, por meio das informações que é capaz de fornecer, se constituiu como um instrumento eficaz para o cumprimento do compromisso de melhoria da qualidade da educação. A ela, estão associados a possibilidade de estabelecimento de metas educacionais e o acompanhamento dos resultados dos estudantes ao longo do tempo, permitindo diagnosticar problemas de desempenho estudantil e fornecendo suporte para que decisões sejam tomadas no desenho e aplicação de políticas públicas educacionais.

Além dos resultados dos testes de proficiência, as avaliações educacionais permitem, através da aplicação de questionários, a realização de uma série de estudos acerca dos fatores associados ao desempenho. Este aspecto é especialmente importante. Conjugando as informações dos testes cognitivos, aplicados para etapas de escolaridade e disciplinas específicas, com as informações oriundas dos questionários contextuais, é possível investigar os vínculos que existem entre determinados fatores e o desempenho dos estudantes.

Os fatores associados ao desempenho são divididos, em regra, em dois grandes grupos: os fatores externos e os fatores internos à escola, ou os fatores extraescolares e intraescolares. Os fatores extraescolares são aqueles relacionados a aspectos sociais, culturais e econômicos que, caracterizando estudantes, professores, gestores e demais atores escolares, exercem efeitos sobre o desempenho dos estudantes sem que a escola controle, absolutamente, sua interferência. A escola, por exemplo, não controla, em curto prazo, pelo menos, a condição socioeconômica do estudante, e este é um fator que afeta seu desempenho.

Já os fatores intraescolares são aqueles que estão relacionados às características da escola, se apresentando, até certo ponto, ao alcance de

intervenções escolares. Assim como os fatores externos, os fatores internos também afetam o desempenho dos estudantes. Entre os fatores intraescolares estão as práticas pedagógicas, a infraestrutura da escola e a gestão escolar. Em especial, sem desconsiderar a importância dos outros fatores, a gestão escolar tem se apresentado como um elemento primordial para que bons desempenhos estudantis sejam alcançados.

A gestão da escola apresentou uma significativa mudança de enfoque ao longo de todo o século XX, mas que se intensificou a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Caracterizada como uma extensão da administração de maneira geral, a gestão escolar, inicialmente reconhecida, essencialmente, por seu aspecto burocrático e logístico, passou a ser postulada como um exercício inter-relacional e pedagógico. De administrador a gestor, muitas mudanças precisaram ser processadas.

A atividade administrativa, em si, não deixou de ser importante para a tarefa gestora. Contudo, antes isolada, tal elemento passou a dividir espaço com a capacidade do gestor de se relacionar com outros atores escolares, estabelecendo, assim se espera, uma postura de condução dos processos decisórios dentro da escola. Trata-se da constituição de um perfil inter-relacional do diretor escolar.

Este perfil está diretamente relacionado com outro enfoque da gestão escolar: o perfil democrático. O relacionamento com os atores sociais envolvidos com a escola é um elemento necessário para a construção de um ambiente escolar democrático. A condução dos processos decisórios na escola passou a ser vista como um aspecto fundamental da gestão escolar após a promulgação da Carta Magna de 1988.

Tornar democrática uma gestão escolar exige o compartilhamento das decisões na escola, de temas administrativos a temáticas pedagógicas. A democratização da gestão envolve a decisão sobre assuntos que, em regra, eram tratados privativamente

pelo diretor, em sua função administrativa, como aqueles relacionados à gestão financeira e ao direcionamento de recursos, assim como temas que eram tratados, essencialmente, pelos professores, tais como as decisões de cunho pedagógico.

Aos perfis inter-relacional e democrático, soma-se o perfil pedagógico da gestão, que passa a levar em consideração também os aspectos pedagógicos da escola, não os deixando a cargo apenas dos professores. Este é um ponto fundamental para a caracterização do que tem sido tratado como a nova gestão escolar.

Os aspectos relacionais e pedagógicos da gestão encontram eco no elemento democrático, que serve como pano de fundo para que aqueles tenham lugar. Democratizar a gestão significa, mais do que compartilhar decisões, adotar novas formas de comportamento em relação aos outros atores escolares. Não há gestão democrática que não seja acompanhada de processos de descentralização das tomadas de decisões, o que exige, em última instância, um grande alinhamento entre os atores escolares e um grande nível de confiança entre eles.

A gestão democrática não foi concebida como um fato isolado, oriundo de algum evento específico. Ela foi construída ao longo de um processo, que envolveu a formação de um discurso sobre a defesa da importância da democratização de processos escolares, mas também a concretização desta orientação em instrumentos normativos. O reconhecimento jurídico, por meio de previsão constitucional e legal, foi um fator preponderante para que a gestão escolar democrática se tornasse um elemento-chave para o contexto de reforma educacional que o Brasil pretende levar a cabo.

O fundamento constitucional da gestão democrática na seara educacional pode ser encontrado no art. 206, em seu inciso VI, de nossa Carta Constitucional, celebrada como “Constituição cidadã”:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Eleita como princípio norteador do ensino público, pela própria Constituição, a gestão escolar é colocada ao lado de outros princípios, tais como a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (inc. I); a liberdade de pensamento, em todas as suas formas (aprender, ensinar, pesquisar e divulgar) (inc. II); o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, coexistindo instituições públicas e privadas (inc. III); a gratuidade do ensino público (inc. IV); e a valorização dos profissionais do ensino (inc. V). É importante ressaltar que o princípio democrático da gestão não se refere somente aos processos internos às instituições escolares. Todo o sistema educacional, envolvendo seu ministério, suas secretarias e superintendências, deve estar sob a égide do princípio da gestão democrática.

Na legislação infraconstitucional, o princípio é consagrado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9394/96. Em seu artigo 3º, a LDB reproduz os princípios previstos pelo artigo 206 da Constituição Federal, com o acréscimo de outros, e reforça a gestão democrática como princípio norteador da educação brasileira em seu inciso VIII:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

Ainda no corpo da LDB, o artigo 14 postula que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática de acordo com suas peculiaridades e com base em dois princípios básicos de participação: a dos profissionais da

educação no projeto pedagógico da escola (inc. I) e a das comunidades, escolar e local, nos conselhos escolares (inc. II).

Por meio da previsão jurídica da gestão democrática, podemos apontar os princípios básicos que orientam sua condução: a descentralização, a participação e a transparência. Estes princípios encontram suporte uns nos outros. Descentralizar implica participação. Para que responsabilidades sejam distribuídas, fazendo com que novos polos decisórios floresçam, é preciso contar com a participação dos atores envolvidos com a escola. Isso abrange, tendo em vista a figura do gestor, dos professores à comunidade que entorna a escola, passando pelos estudantes. Para que a participação seja efetiva e possa, de fato, contribuir para a descentralização dos processos decisórios escolares, é preciso que as informações importantes que dizem respeito à escola circulem, fazendo com que todos tenham um acesso transparente às informações e às decisões que estão sendo tomadas.

A descentralização envolve um processo de ruptura com a estrutura hierárquica tradicional, que caracteriza a escola e as redes. Isso não significa que a função do gestor, de escola ou de rede, seja diminuída. O que muda é o enfoque centrado na hierarquia para um enfoque centrado na colaboração e na cooperação. As ações devem ser pensadas e elaboradas de forma não hierarquizada, gerando um senso de participação e responsabilidade em todos os envolvidos.

A participação exige que todos aqueles envolvidos com o cotidiano escolar possam fazer parte da gestão: o corpo de funcionários da escola, o corpo docente, os coordenadores pedagógicos, os estudantes, os pais, a comunidade, e terceiros que possuem projetos que possam ser de interesse da escola. A participação, vale notar, é uma possibilidade para estes atores, não uma imposição. Isso não significa, contudo, que a participação

não possa, ou mesmo deva, ser incentivada pelo gestor escolar, criando mecanismos para que esta participação, por ele desejada, encontre caminhos para sua realização.

A transparência, princípio que rege toda a administração pública e não somente a escola e a gestão educacional democrática, exige que qualquer decisão tomada e qualquer ação implementada pela escola sejam divulgadas, tornando-se do conhecimento de todos os envolvidos. A transparência é fundamental para que os atores desenvolvam um sentimento de confiança na gestão.

Estes três princípios não compõem um rol taxativo do que deve reger a gestão democrática, mas se apresentam como elementos centrais para que o princípio constitucional seja efetivado. Sem sua aplicação em cada ação cotidiana na escola, a gestão democrática permanecerá como um discurso difundido, mas sem encontrar uma contrapartida na prática.

A gestão democrática tem se mostrado um essencial aliado para que os problemas que afetam as escolas brasileiras sejam atenuados e contornados. Como um fator intraescolar, a gestão depende da escola e da capacidade dos gestores de encarnarem o papel de liderança que deles se espera: conduzir os processos de transformação da escola, tendo em vista os esforços conjuntos de outros atores.

Contudo, a gestão escolar, mesmo incorporando todos os princípios que regem sua versão democrática, não é capaz de, isoladamente, solucionar todos os problemas que afetam a escola. Ela é um elemento fundamental para que, num conjunto mais amplo de ações, as escolas sejam capazes de reduzir os efeitos que o mundo social do qual fazem parte exerce sobre ela.



Experiência em foco

EM BUSCA DA QUALIDADE DE
APRENDIZAGEM:

A AVALIAÇÃO EXTERNA COMO ALIADA

Os 15 anos na direção escolar fazem Joelina Esteves do Nascimento acreditar que as dificuldades também podem se tornar metas em busca de uma educação de qualidade. Para a diretora, o papel da escola na sociedade contemporânea é “formar o indivíduo nas suas competências intelectual, humana, afetiva e social”. Os desafios de sua profissão estão relacionados às ações diárias no contexto escolar.

Joelina Esteves atua no Centro Educacional Santo Antônio, no município de Simões Filho, que funciona em tempo integral e atende crianças e adolescentes de famílias de baixa renda e em condições de risco. Mas isso não é empecilho para que a escola tenha superado as médias do Município e do Estado. E com a participação da escola nas avaliações externas, o Ideb cresceu de forma significativa. “É de grande incentivo, sinaliza que estamos no caminho certo”, enfatiza.

Ao entender as avaliações externas como um importante instrumento para a melhoria da qualidade da educação, a diretora escolar investe em pelo menos três iniciativas: formação dos professores, reforço escolar e acompanhamento constante da prática pedagógica por meio dos coordenadores pedagógicos. Joelina acredita ainda que a avaliação externa possibilita uma rica troca de experiências, sendo subsídio para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais.

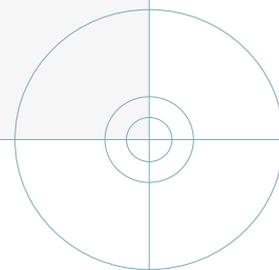
“É o raio X da aprendizagem do nosso estudante e da nossa competência. Ponto de reflexão para melhorias no planejamento, no uso das metodologias e avaliação.”

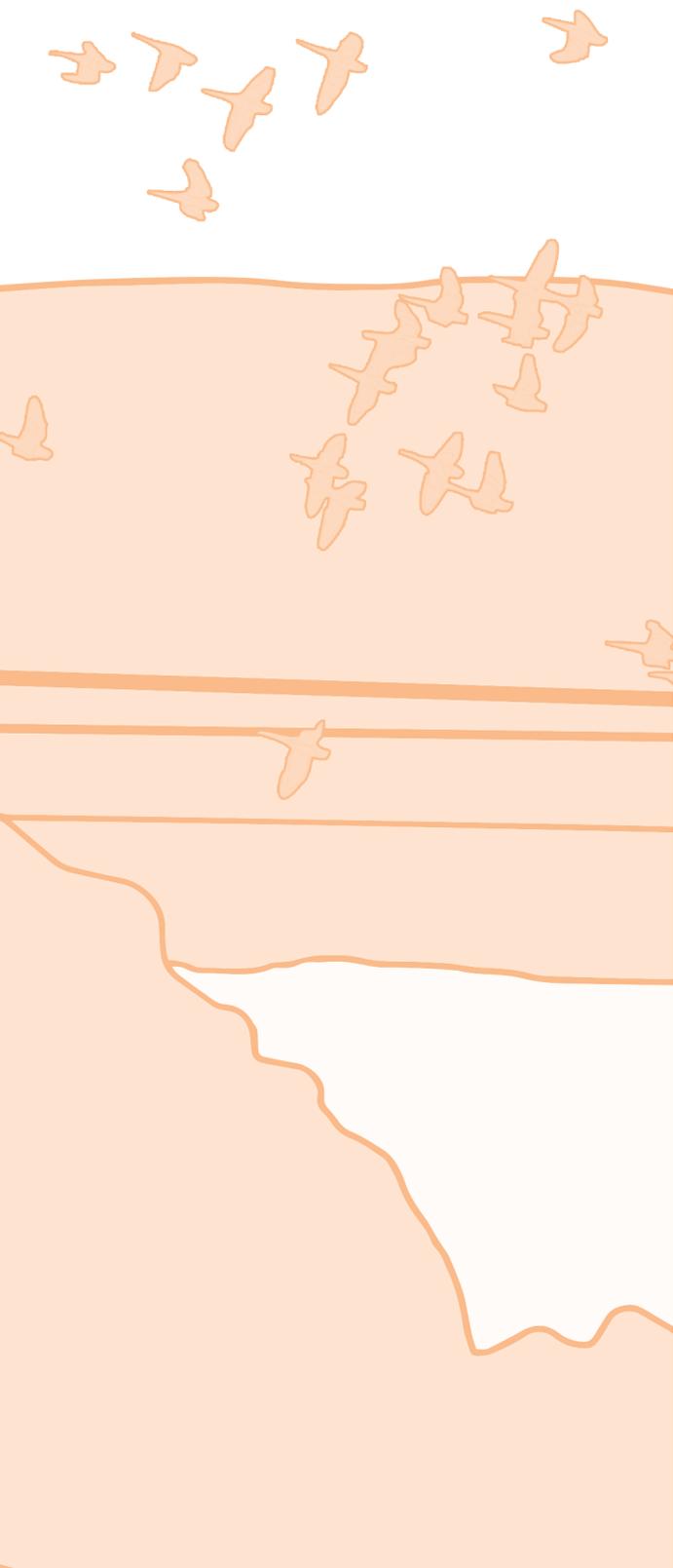
O reconhecimento da importância do processo avaliativo, por parte da gestão escolar, não reflete a percepção da comunidade. Para Joelina, esse processo é tido como um mito pelo entorno da escola. “Muito temos feito para dissipar a impressão negativa”, assegura. Com relação aos professores, ela conta que, quando chegou à escola, percebia

certo descontentamento, mas foi então “desmitificando, conversando, avaliando”. Apesar de reconhecer que ainda há um grande caminho a percorrer, a diretora acredita que os coordenadores pedagógicos da escola já puderam refletir sobre o equilíbrio entre o resultado da escola na avaliação externa e o investimento na aprendizagem dos estudantes ano após ano.

Diante desse contexto, efetivar o processo avaliativo é uma tarefa desafiadora. Portanto, Joelina conta com a participação de toda a equipe escolar para mudar concepções e comportamentos. A mobilização passa também pela divulgação dos resultados, sendo utilizados diferentes meios: mural, jornal, rádio escolar, reuniões de professores, pais e colegiado escolar. Os resultados obtidos pelos estudantes nas avaliações externas são comparados com aqueles mensurados pelas avaliações internas e as habilidades constantes nas avaliações são trabalhadas por meio de revisão e sequências didáticas.

Além disso, a diretora desenvolve diversas estratégias para a melhoria do ensino ofertado pela escola. Uma experiência de prática pedagógica a ser implantada neste ano tem relação com a inclusão digital a serviço da melhoria dos resultados, a partir do uso de *software* de editor de texto. A tenda literária, organizada pelos professores, é uma forma de incentivar o gosto pela literatura infantil e o desenvolvimento de competências comunicacionais. A arte-educação também tem o propósito de estimular o aprendizado, a partir de iniciativas lúdicas, tais como a dança, percussão, música, teatro, cerâmica, tecelagem e esporte. Outra ação é a Jornada Pedagógica, a partir da qual é estudado o material do ano anterior, incluindo uma política de planejamento para a próxima avaliação.





3

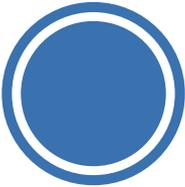
Padrões de Desempenho

A presente seção apresenta os quatro Padrões de Desempenho estabelecidos para o Avalie Alfa, caracterizando cada um deles e fornecendo os intervalos na Escala de Proficiência para a área do conhecimento e a etapa de escolaridade avaliada. A interpretação dos Padrões permite que ações para a melhoria do desempenho dos estudantes sejam efetivadas.

A PROFICIÊNCIA é a medida de desempenho dos estudantes nas habilidades avaliadas pelos testes. Os resultados de proficiência foram agrupados em quatro Padrões de Desempenho – Inicial, Intermediário, Básico e Avançado. Tais Padrões permitem uma interpretação pedagógica das habilidades desenvolvidas pelos estudantes, possibilitando localizá-los em níveis de desempenho dentro de cada Padrão. Por meio dos Padrões, é possível analisar os aspectos cognitivos que demarcam os percentuais de estudantes situados nos diferentes níveis de desempenho, bem como a diferença de aprendizagem entre eles, refletindo a distância existente entre aqueles que apresentam um maior grau de desenvolvimento nas habilidades avaliadas e aqueles que apresentam menores graus

Padrão de desempenho

Área do conhecimento avaliada

Padrão de desempenho	Descrição	Área do conhecimento avaliada
<p>Inicial</p> 	<p>Neste Padrão de Desempenho, o estudante demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado, quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, é necessária uma intervenção focada para que possa progredir em seu processo de aprendizagem.</p>	<p>Língua Portuguesa Leitura</p> <hr/> <p>Língua Portuguesa Escrita</p>
<p>Intermediário</p> 	<p>O estudante que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra ter aprendido o mínimo do que é proposto para o seu ano escolar. Neste nível, ele já iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.</p>	<p>Língua Portuguesa Leitura</p> <hr/> <p>Língua Portuguesa Escrita</p>
<p>Básico</p> 	<p>Neste Padrão de Desempenho, o estudante demonstra ter adquirido um conhecimento apropriado e substancial ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade. Neste nível, ele domina um maior leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.</p>	<p>Língua Portuguesa Leitura</p> <hr/> <p>Língua Portuguesa Escrita</p>
<p>Avançado</p> 	<p>O estudante que atingiu este Padrão de Desempenho revela ter desenvolvido habilidades mais sofisticadas e demonstra ter um aprendizado superior ao que é previsto para o seu ano escolar. O desempenho desses estudantes nas tarefas e avaliações propostas supera o esperado e, ao serem estimulados, podem ir além das expectativas traçadas.</p>	<p>Língua Portuguesa Leitura</p> <hr/> <p>Língua Portuguesa Escrita</p>

de desenvolvimento nas referidas habilidades, permitindo se pensar em ações e políticas educacionais destinadas à promoção da equidade.

Os níveis de proficiência compreendidos em cada um dos Padrões de Desempenho para as diferentes etapas de escolaridade avaliadas são descritos mais detalhadamente nas Revistas Pedagógicas desta coleção. A seguir, são apresentados os Padrões de Desempenho e sua respectiva caracterização de forma sumária.

Etapa avaliada

2º Ano

até 350

até 400

350 a 400

400 a 500

400 a 500

500 a 600

acima de 500

acima de 600

4

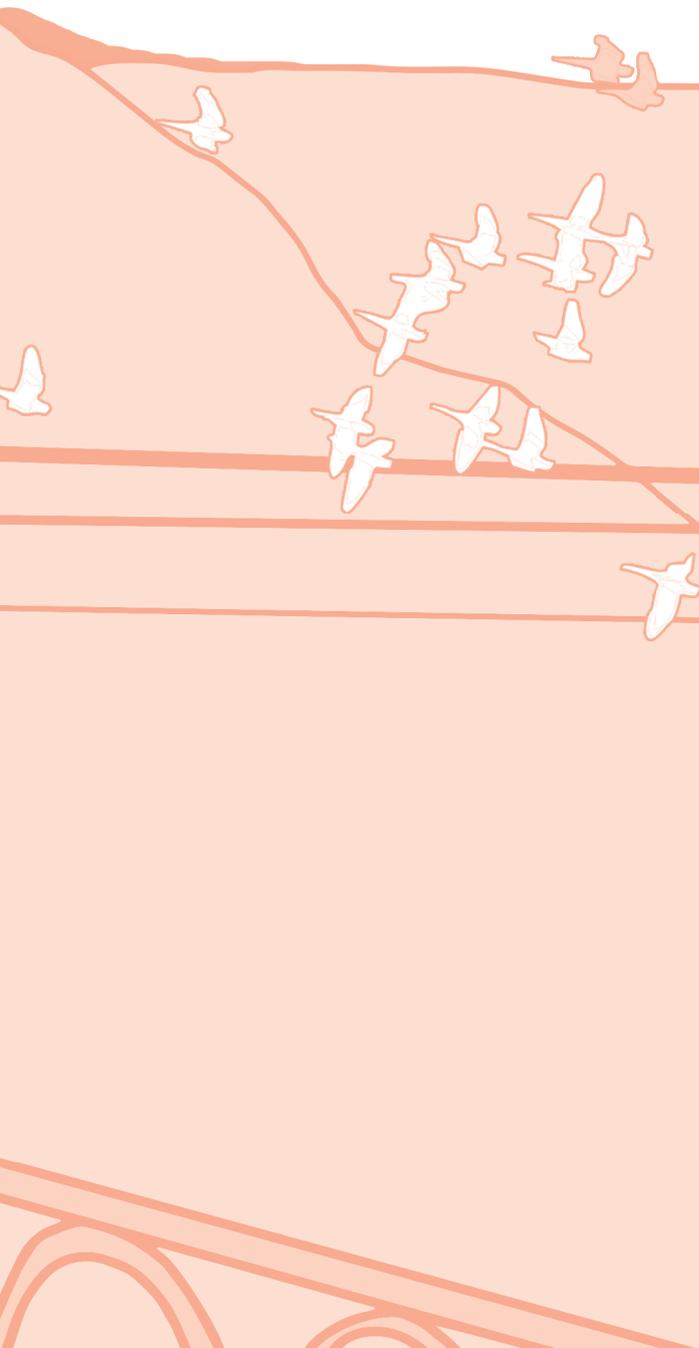
Os resultados da avaliação

A presente seção apresenta os resultados dos estudantes da sua escola no AVALIE ALFA 2013.

A seguir, estão dispostos os resultados de proficiência média, com a informação do desvio padrão, o percentual de participação, apresentando o número de estudantes previstos e o número de estudantes que efetivamente realizaram a avaliação, bem como a distribuição dos estudantes por Padrão de Desempenho.

Todos estes resultados são fornecidos para a disciplina e à etapa de escolaridade avaliada, comparando a média da sua escola com a da Diretoria Regional de Educação (Direc) e com a média do Estado.

Estes resultados têm como objetivo oferecer à escola um panorama do desempenho dos estudantes avaliados, permitindo uma interpretação apropriada do rendimento na escola.





Legenda explicativa para o quadro de resultados de desempenho e participação

1

Resultados

É explicitado o desempenho da escola e das demais instâncias por disciplina e etapa de escolaridade.

2

Edição

Ano em que a prova foi aplicada e ao qual o resultado se refere.

3

Proficiência média

Grau ou nível de aproveitamento na avaliação.

4

Desvio padrão

Medida da variação entre as proficiências individuais (ou seja, das diferenças de proficiência entre os estudantes avaliados).

Considerando um caso hipotético, em que todos os estudantes de uma mesma escola obtenham exatamente o mesmo resultado no teste, o desvio padrão é igual a zero, indicando que não houve variação de proficiência dentre os estudantes daquela escola. Valores menores de desvio padrão indicam, portanto, uma situação mais igualitária dentro da escola, pois apontam para menores diferenças entre os desempenhos individuais dos estudantes. Por outro lado, valores maiores de desvio padrão indicam que os estudantes da escola constituem uma população mais heterogênea do ponto de vista do desempenho no teste, ou seja, mais desigual, de modo que se percebem casos mais extremos de desempenho, tanto para mais quanto para menos. Este dado indica o grau de equidade dentro da escola, sendo muito importante, pois um dos maiores desafios da Educação é promover o ensino de forma equânime.

5

Nº previsto de estudantes

Quantidade de estudantes calculada para participar da avaliação antes da realização da prova.

6

Nº efetivo de estudantes

Quantidade de estudantes que realmente responderam aos testes da avaliação.

7

Participação (%)

Percentual de estudantes que fizeram o teste a partir do total previsto para a avaliação.

Este percentual é importante, pois quanto mais estudantes do universo previsto para ser avaliado participarem, mais fidedignos serão os resultados encontrados e maiores as possibilidades de se implementar políticas que atendam a esse universo de forma eficaz.

8

% de estudantes por Padrão de Desempenho

Percentual de estudantes que, dentre os que foram efetivamente avaliados, estão em cada Padrão de Desempenho.



CAEd Faculdade de Educação
Universidade Federal
de Juiz de Fora

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
HENRIQUE DUQUE DE MIRANDA CHAVES FILHO

COORDENAÇÃO GERAL DO CAEd
LINA KÁTIA MESQUITA DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO TÉCNICA DO PROJETO
MANUEL FERNANDO PALÁCIOS DA CUNHA E MELO

COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE PESQUISA
TUFI MACHADO SOARES

COORDENAÇÃO DE ANÁLISES E PUBLICAÇÕES
WAGNER SILVEIRA REZENDE

COORDENAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO
RENATO CARNAÚBA MACEDO

COORDENAÇÃO DE MEDIDAS EDUCACIONAIS
WELLINGTON SILVA

COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES DE AVALIAÇÃO
RAFAEL DE OLIVEIRA

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS
BENITO DELAGE

COORDENAÇÃO DE DESIGN DA COMUNICAÇÃO
HENRIQUE DE ABREU OLIVEIRA BEDETTI

COORDENADORA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN
EDNA REZENDE S. DE ALCÂNTARA

Ficha catalográfica

BAHIA. Secretaria da Educação.

AVALIE ALFA – 2013/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd.

v. 2 (jan./dez. 2013), Juiz de Fora, 2013 – Anual.

Conteúdo: Revista da Gestão Escolar.

ISSN 2238-3077

CDU 373.3+373.5:371.26(05)14521452

